



SGBH

EXPANSÃO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 12.117.536/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E" ou "Sociedade") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

1) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A SGBH-E foi constituída em 21/06/2010 e está estabelecida no Rio de Janeiro. Em 15/12/2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE").

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito em moeda corrente nacional da Sociedade é de R\$ 621.000.000, dividido em 621.000.000 quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada uma. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	Quotas
State Grid Brazil Holding S.A.	99%
International Grid Holdings Limited	1%

2) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Ativo	Nota	2016		2015		Passivo	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.851.666	14.890.646			Fornecedores terceiros	8	22.315	22.173		
Dividendos a receber	6/8	874.644	19.890.780			Fornecedores partes relacionadas		10.254	8.651		
Impostos a recuperar		130.283	62.175			Tributos e contribuições sociais		24.324	19.527		
		15.856.593	34.843.601			Dividendos propostos	7	21.001.586	9.985.184		
Ativo não circulante								21.058.479	10.035.535		
Investimentos	6	709.071.598	641.591.056			Patrimônio líquido		621.000.000	621.000.000		
		709.071.598	641.591.056			Capital social		63.004.756	29.955.552		
						Retenção de lucros		19.864.956	15.443.570		
						Reserva legal	7	703.869.712	666.399.122		
Total do ativo		724.928.191	676.434.657			Total do passivo		724.928.191	676.434.657		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	621.000.000	13.341.426	46.712.200	-	681.053.626
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.042.880	42.042.880
Dividendos intermediários	-	-	(46.712.200)	-	(46.712.200)
Constituição de reserva legal	-	2.102.144	-	(2.102.144)	-
Destinação de lucros acumulados para a reserva de lucro	-	-	29.955.552	(29.955.552)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(9.985.184)	(9.985.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	621.000.000	15.443.570	29.955.552	88.427.728	666.399.122
Lucro líquido do exercício	-	-	-	88.427.728	88.427.728
Dividendos intermediários	-	-	(29.955.552)	-	(29.955.552)
Constituição de reserva legal	-	4.421.386	-	(4.421.386)	-
Destinação de lucros acumulados para a reserva de lucro	-	-	63.004.756	(63.004.756)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(21.001.586)	(21.001.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	621.000.000	19.864.956	63.004.756	-	703.869.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E" ou "Sociedade"), com sede à Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, foi constituída em 21 de junho de 2010 tendo como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. A Sociedade possui controle acionário da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" ou "Companhia") - veja nota explicativa 6. A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante. **2.4. Base para consolidação:** A Sociedade possui participação de 100% na ETEE e detém o controle das atividades dessa Companhia, porém a Sociedade está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, visto que atende a todos os requisitos do item 4(a) do CPC 36(R3) Demonstrações Consolidadas: a) A controladora é ela própria uma controlada integral de outra Sociedade, a qual, em conjunto com os demais acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. b) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente. c) A Sociedade não possui arquivamento e processo de arquivamento em andamento de suas demonstrações financeiras junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais. d) A controladora final, a SGBH, disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. A Administração não identificou premissas para **impairment** no exercício de 2016 e 2015. **3.3. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em

relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.5. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** O principal ativo financeiro reconhecido pela Sociedade é caixa e equivalentes de caixa, que é classificado como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.8. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Sociedade está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos	32.599	28.093
Aplicações financeiras	14.819.067	14.862.553
	14.851.666	14.890.646

A Sociedade estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Sociedade em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. INVESTIMENTOS

Em 15 de dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu o controle acionário da ETEE por um valor total de R\$618.918.000. A ETEE é uma Companhia privada, de capital fechado que tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

	% participação	Patrimônio líquido		Resultado do exercício
		Ativo	Passivo	
2016	100	426.715.251	105.605.248	321.170.003
2015	100	444.186.110	190.556.649	253.629.461

	Em 31/12/2015	Equivalência patrimonial		Em 31/12/2016
		Dividendos	Dividendos	
ETEE	641.591.056	87.464.406	(19.983.864)	709.071.598
	Em 31/12/2014	Equivalência patrimonial		Em 31/12/2015
		Dividendos	Dividendos	
ETEE	621.700.276	39.781.560	(19.890.780)	641.591.056

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em reais)

	Nota	2016	2015
Despesas gerais e administrativas		(192.096)	(244.655)
Resultado antes do resultado financeiro		(192.096)	(244.655)
Resultado financeiro	9	1.615.312	3.634.534
Receitas financeiras		1.620.793	3.650.055
Despesas financeiras		(5.481)	(15.521)
Equivalência patrimonial	6	87.464.406	39.781.560
Resultado antes dos impostos		88.887.622	43.171.439
Imposto de renda e contribuição social	10	(459.894)	(1.128.559)
Lucro líquido do exercício		88.427.728	42.042.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	88.427.728	42.042.880
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	88.427.728	42.042.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro do exercício antes dos impostos	88.887.622	43.171.439
Ajustes		
Equivalência patrimonial (Aumento) redução nos ativos	(87.464.405)	(39.781.560)
Impostos a recuperar	(68.109)	411.599
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.747	549
Tributos e contribuições sociais	(329.595)	(1.209.971)
Impostos pagos	(125.524)	(623.297)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	901.736	1.968.759
Dividendos intermediários recebidos		
Dividendos recebidos	39.000.000	30.829.188
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	39.000.000	30.829.188
Dividendos pagos	(9.985.184)	(50.000.000)
Dividendos intermediários pagos	(29.955.532)	(12.283.751)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(39.940.716)	(62.283.751)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(38.980)	(29.485.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.890.646	44.376.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.851.666	14.890.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 621.000.000, dividido em 621.000.000 de quotas com valor de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	2016	2015
SGBH	99,99%	
International Grid Holdings Limited	0,01%	
	100%	

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos:** Considerando que o Contrato Social da Sociedade é omissivo em relação aos dividendos a serem distribuídos, a Administração efetuou o cálculo dos dividendos propostos para o exercício em 25% tendo como base o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	88.427.728	42.042.880
Reserva legal (5%)	(4.421.386)	(2.102.144)
Base de cálculo para os dividendos	84.006.342	39.940.737
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	21.001.586	9.985.184

Em 16 de julho de 2015 foram declarados dividendos intermediários através da Ata de Reunião dos Sócios Quotistas no valor de R\$46.712.200. Desse montante, R\$34.428.449 foram pagos em 16 de julho de 2015 e R\$12.283.751 em 04 de setembro de 2015. Em 15 de agosto de 2016 foram pagos R\$ 29.955.532, sendo: R\$ 9.985.184 decorrente dos dividendos provisionados em 2015 e R\$ 14.014.816 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros. Em 3 de novembro de 2016 foram pagos R\$ 15.940.736, a título de dividendos intermediários referente à reserva de lucros.

8. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Sociedade decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2016	2015
Dividendos a receber (nota explicativa 6)	874.644	19.890.780
	874.644	19.890.780

	2016	2015
Fornecedores (i)	10.254	8.651
Dividendos propostos (nota explicativa 7)	21.001.586	9.985.184
	21.011.840	9.993.835

	2016	2015
Despesa aluguel (i)	108.403	98.344
	108.403	98.344

(i



SGBH

EXPANSÃO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 12.117.536/0001-70



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

11.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.851.666	14.890.646
Dividendos a receber	8	874.644	19.890.780
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores terceiros		22.315	22.173
Fornecedores partes relacionadas	8	10.254	8.651
Dividendos propostos	7	21.001.586	9.985.184

11.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade

tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Sociedade, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

12. GESTÃO DO CAPITAL

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando

as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

Hongxian Cai - Administrador

Mariana de Oliveira Barbosa - Contadora - CRC RJ-103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Diretores da

SGBH Expansão Participações Ltda.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SGBH Expansão Participações Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SGBH Expansão Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017



ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4